

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA E ACERVOS

O USO DE FOTOGRAFIAS EM CENTROS DE MEMÓRIA E SUA PROTEÇÃO
AUTORAL: O CASO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DE MAURO THIBAU

Curso pretendido: Mestrado profissional Memória e Acervos

Linha de pesquisa 2 - Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial.

**O USO DE FOTOGRAFIAS EM CENTROS DE MEMÓRIA E SUA
PROTEÇÃO AUTORAL: O CASO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DE MAURO
THIBAU**

Trabalho apresentado como requisito parcial
para ingresso no Programa de Pós Graduação
em Memória e Acervos pela Fundação Casa de
Rui Barbosa.

Rio de Janeiro

2019

SUMÁRIO

1 TEMA E PROBLEMA.....	XX
2 OBJETIVOS.....	XX
3 JUSTIFICATIVA.....	XX
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	XX
5 METODOLOGIA.....	XX
6 CRONOGRAMA DE PESQUISA.....	XX
REFERÊNCIAS.....	XX
TEMA E PROBLEMA	1

A primordialidade de se preservar e construir a memória, ou seja, de revisitar o passado, faz com que se desenvolva diversas narrativas, que se encontram presentes em instituições de memória. Como ferramenta para essa construção, os arquivos cumprem uma função de apoio, um embasamento para a pesquisa e uma forma emblemática de ilustrar determinado recorte histórico, como no caso das fotografias. Nesse sentido, o historiador André Rouillé (2009) aponta cinco funções principais que a fotografia na condição de documento desenvolve: arquivar, ordenar, modernizar os saberes, ilustrar e informar.

O trabalho desenvolvido em acervos fotográficos possui uma série de questões quanto ao seu uso. Os profissionais que atuam com esses conjuntos documentais se deparam com proteção autoral dos mesmos, visto que este tipo de material envolve além do direito do titular do acervo, os direitos autorais, de imagem, moral e patrimonial, resultando muitas das vezes em

dúvidas e questionamentos sobre os limites e a maneira correta de conceder o uso das fotografias ao público.

Curadores, produtores, documentalistas e arquivistas defrontam-se, em seu cotidiano, com um direito autoral que impede uma série de atividades que pretendem realizar, que aparece como ameaçador e, sobretudo, opaco e obscuro. A ausência, na grande maioria das instituições, de profissionais dedicados a resolver questões de direitos autorais é também um desafio estrutural. (VALENTE; FREITAS, 2017, p. 8)

O dilema de fazer com que as fotografias cumpram o seu papel informativo sem ferir os direitos autorais tem sido assunto de preocupação entre os profissionais da área, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias digitais e as novas formas de disponibilização do uso desses acervos fotográficos. A criação de um padrão arquivístico para disponibilizar esses conjuntos documentais auxiliaria no controle da informação e a melhor maneira de fazê-lo. No entanto, nem sempre é possível trabalhar com um modelo pré-definido visto que cada instituição possui, ou não, políticas próprias de gestão de acervos, como acontece no Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade, em particular na constituição de seus arquivos pessoais.

Criado enquanto um espaço de referência de fontes documentais e pesquisa, a Memória da Eletricidade tem por objetivo resguardar e disseminar a história da energia elétrica e, conseqüentemente, a história das empresas que compõe o setor de eletricidade no Brasil. Para tal, a instituição reuniu ao longo de mais de 30 anos de existência, um vasto acervo com diferentes naturezas, gêneros, suportes e tipologias documentais. Para a pesquisa em questão, será analisado o arquivo pessoal do engenheiro e político Mauro Thibau, que não possui informações suficientes sobre o seu processo de aquisição, o que conseqüentemente dificulta na sua organização e acesso.

Doado em 1992, além dos 336 conjuntos documentais, destaca-se aqui 350 fotografias que serão analisadas em toda a sua complexidade e estão inseridas em um arquivo pessoal, fato que contribui para o questionamento sobre a maneira de conceder uso e acesso, principalmente nos ambientes digitais. Grande parte dessas imagens foram produzidas no contexto de atuação do titular em empresas do setor de energia e na vida pública, ou seja, não necessariamente foram

produzidas pelo engenheiro e sim acumulados pelo mesmo durante sua trajetória profissional. Diante desse cenário traçado, o objetivo da presente pesquisa é entender de que maneira as instituições custodiadoras de acervos fotográficos podem divulgar/conceder o uso de fotografias entendendo e respeitando os limites da proteção autoral, principalmente com o advento da tecnologia a qual surgiu como mais uma ferramenta de divulgação.

A partir dessa indagação, almeja-se identificar a melhor forma de acesso e difusão de fotografias em plataformas ou sistemas digitais, respeitando a proteção autoral de todos os agentes envolvidos, tendo como marco empírico um dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, instituição que planeja até o final de 2020 ter todos os seus acervos disponíveis para consulta na *web*. Também será destacada a complexidade do uso desses acervos fotográficos não apenas nos meios físicos, mas também nos meios digitais, tendo em vista fenômeno da virtualização¹.

2 OBJETIVOS

O **objetivo geral** da presente pesquisa, consiste em elaborar diretrizes que norteiem as instituições custodiadoras de arquivos fotográficos na divulgação de seus acervos em ambientes digitais de acordo com a lei autoral.

Para a realização desse processo, serão necessários os seguintes **objetivos específicos**:

1. Compreender a relação conceitual entre documentos fotográficos e direito autoral, e sua aplicabilidade em meio digital;
2. Identificar e analisar políticas e diretrizes do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, em relação ao uso de seu acervo fotográfico;

¹ O Fenômeno da virtualização é um conceito cunhado por Lévy (1996) e que vai além do nível de informação e comunicação entre pessoas. Para Pierre Lévy o fenômeno leva a desterritorialização dos espaços físicos detendo a informação sem depender da materialidade para fazê-lo.

3. Realizar uma análise do acervo de Mauro Thibau, traçando um breve histórico de como a Instituição adquiriu tal conjunto documental, entendendo o contexto de produção das fotografias e os agentes envolvidos nesse processo;
4. Compreender a legislação brasileira sobre o direito autoral;
5. Analisar as implicações da disponibilização de acervos de acordo com as leis de direito autoral no Brasil.
6. Elaborar diretrizes para a disponibilização *online* e controle do conteúdo do acervo fotográfico, de acordo com os limites da proteção autoral.

3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se dá pela minha experiência enquanto documentalista do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil e as incertezas que surgem no processo de gestão e divulgação dos acervos fotográficos custodiados pela instituição. O acervo Mauro Thibau foi escolhido como objeto de estudo por apresentar, dentre os conjuntos documentais custodiados pela Memória da Eletricidade, a maior dificuldade em relação ao seu uso, visto que o mesmo não possui registro de entrada na Instituição, não sendo possível, *a priori*, identificar o processo de produção e acumulação do acervo, assim como os sujeitos responsáveis pela sua autoria.

A partir da difusão em ambiente digital dessas fotografias, proposta pelo próprio centro de memória, cria-se a necessidade de maior compreensão e, conseqüentemente, uma normatização para inserção segura dos acervos digitalizados em uma plataforma *online*, que estabeleça o uso correto do acervo proposto, onde a entidade possa utiliza-lo em todo o seu potencial informativo e aplicar tais procedimentos em outros conjuntos fotográficos.

Acrescenta-se também a importância do tema para a ciência da informação, visto que a aplicação do direito autoral ainda é um desafio para instituições de memória e preservação de acervos em âmbito nacional.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da caracterização da pesquisa proposta, alguns conceitos se mostram imprescindíveis para serem revisados afim de garantir o maior embasamento no desenvolvimento da pesquisa científica.

Tendo como recorte um acervo da Memória da Eletricidade, destaca-se inicialmente a definição e atuação de centros de memória no Brasil. Para o embasamento desse conceito, serão utilizadas as pesquisadoras Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, que juntas publicaram o livro *Centros de Memória: uma proposta de definição*, pela editora Sesc Edições, em 2015.

O conceito de centros de memória surge no Brasil na década de 1980, em consequência do processo de redemocratização, e pela necessidade de preservação cultural e de identidade de organizações pública e/ou privadas (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 63). Se antes, os arquivos e centros de documentação guardavam o histórico de atuação de uma empresa, os centros de memória podem ser concebidos como um local de salvaguarda, preservação e reconstituição de memórias dessa entidade, que detêm documentos de diversas naturezas (arquivísticos, bibliográficos e museológicos), obedecendo a uma temática específica. “Cabe mencionar, finalmente, a presença de documentos de caráter técnico e especializado, que servem de apoio às atividades da organização”. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 71).

Ainda que existam diversas propostas de concepção de um centro de memória, não há uma definição final. A proposta aqui utilizada será a das duas autoras já mencionas, onde segundo Camargo e Goulart (2015), deve-se entender que os centros de memória são locais configurados de acordo com sua especificidade e complexidade, refletindo sua própria dinâmica e autonomia.

A Memória da Eletricidade contempla as características de um centro de memória, com um acervo composto por coleções, fundos e documentos avulsos, os quais são doados a instituição por profissionais e empresas do setor de energia elétrica. No trabalho aqui proposto, a análise das fotografias do titular Mauro Thibau carrega consigo problemáticas em relação a sua divulgação, ainda que o mesmo tenha ocupado um papel de figura pública como Ministro das Minas e Energia.

Segundo a pesquisadora Aline Lacerda em seu artigo *A imagem nos arquivos*, é necessário entender o conceito que os registros visuais, oriundos de um acervo pessoal, têm sua produção e seu registro diferentes dos documentos arquivísticos textuais, por exemplo. Cabe ao arquivista/documentalista responsável por esses acervos fotográficos sistematizar uma

organização a qual permanece em constante questionamento e reconstrução, ligando as fotografias a uma perspectiva contextual, indo além do simples tratamento técnico.

Do ponto de vista do tratamento arquivístico, esse é o momento mais significativo da vida do documento, aquele capaz de lançar luz sobre as razões e sentidos dos registros, desses congêneres, e do conjunto com o responsável pela sua existência: o titular do arquivo. (LACERDA, 2018, p.56-57).

No que tange a proteção autoral do acervo fotográfico de Mauro Thibau, as medidas a serem implementadas ainda geram dúvidas quanto como proceder. Sabe-se que a Memória da Eletricidade possui um termo de doação o qual formaliza algumas documentações cedidas a Instituição, mas que ainda não contempla todas as possibilidades do uso das fotografias, como por exemplo a sua disponibilização por meio digital. No livro *Memórias Digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil*, as autoras Marina Giorgetti Valente e Bruna Castanheira de Freitas trazem o debate de como os acervos das instituições de memória podem conceder o acesso ao conhecimento, colaborando com a preservação através do desenvolvimento das tecnologias digitais, assim como as dificuldades que surgem através da digitalização de acervos.

Do ponto de vista legal, será utilizada a Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, sobre direitos autorais. Como aporte teórico o *Manual do Direito Autoral para Museus Arquivos e Bibliotecas*, também desenvolvido por Valente e Freitas, visto que a publicação atua como suporte para profissionais da área de preservação e memória, com intuito de nortear a partir da exibição de práticas de proteção legal, por meio de exemplos.

Ainda na linha teórica do direito autoral, também serão analisadas literaturas de Sérgio Branco e Pedro Paranaguá, como por exemplo o livro *Direitos Autorais* da Editora FGV, que traz de forma didática e detalhada uma resposta para diversas perguntas acerca do tema, como direito do autor, direito da sociedade, função social dos direitos autorais, com ênfase nos limites impostos a tais direitos, os desafios tecnológicos e a utilidade do direito autoral, contribuindo para uma abordagem mais técnica e jurídica sobre essa temática.

5 METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa, será utilizado o método de pesquisa descritivo, ou seja, pretende-se durante o desenvolvimento do trabalho, analisar o conjunto fotográfico do

acervo de Mauro Thibau e as implicações legais da sua divulgação. Como primeiro passo do processo metodológico, deve-se realizar uma revisão da literatura acerca dos conceitos-chave aqui já citados com a finalidade de se entender o que já foi produzido, e quem são os principais autores sobre a temática.

A pesquisa desenvolvida será de caráter qualitativo, com foco na leitura e no estudo documental das fotografias, nos documentos jurídicos que contemplam o processo de custódia do acervo e nas leis de proteção autoral, para assim apurar o modo como a Instituição deve tutelar não só as fotografias aqui propostas, mas também, aplicar as constatações em outros acervos fotográficos salvaguardados.

6 CRONOGRAMA DA PESQUISA

Etapas	Períodos (meses)												
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º
Levantamento da literatura sobre os temas	X	X	X										
Levantamento das políticas de uso de fotografias da Memória da Eletricidade			X	X	X								
Caracterização do acervo fotográfico de Mauro Thibau						X	X	X					
Análise da legislação sobre direito autoral no Brasil							X	X	X	X			
Análise legal da disponibilização do acervo fotográfico Mauro Thibau	X	X	X	X	X	X							
Elaboração de diretrizes para o uso das fotografias da Memória da Eletricidade no Brasil											X	X	X

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro**: uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. Disponível em: <https://itsrio.org/wpcontent/uploads/2017/01/O-Dominio-Publico-no-Direito-Autoral-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Ed. SESC SP, 2015. (Sesc Culturas).

FREITAS, Bruna Castanheira de; VALENTE, Mariana Giorgetti (org.). **Memórias digitais**: o estado da digitalização de acervos no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2017.

HEYMANN, Luciana. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa: FAPERJ, 2012.

HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2018.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1997.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. **Direitos autorais**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2009. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2756/Direitos%20Autorais.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019. (FGV Jurídica).

ROUILLE, André. **A fotografia**: entre o documento e a arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac SP, 2009.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2002.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (org.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FAPERJ: FGV Ed., 2013.

VALENTE, Mariana Giorgetti; FREITAS, Bruna Castanheira de. **Manual de direito autoral para museus, arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2017.

ZANETTI, Camila Bruna; BONI, Paulo César. Um fotógrafo chamado “arquivo”: a complexidade dos direitos autorais da obra fotográfica. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.2, n.2, p.159-178, 2006.